

O ESTADO BRASILEIRO E O IMPERIALISMO NA DITADURA MILITAR (1964-1985)¹

Vanessa Campos Costa², José Rubens Mascarenhas de Almeida³

RESUMO

A presente pesquisa é fruto da inquietação decorrente da problemática teórica e empírica acerca do papel do Estado Nacional de países periféricos na reprodução do imperialismo, especificamente no caso brasileiro. Assim, a investigação busca compreender o papel do estado brasileiro entre os anos de 1964 e 1985 (período da ditadura militar) no âmbito da reprodução do imperialismo, de maneira a compreender as formas de atuação da burguesia interna brasileira ante as demandas do grande capital transnacional. A ditadura civil-militar brasileira compõe uma série de golpes cívico-militares ocorridos na América Latina entre o fim da Segunda Guerra Mundial (1945) e o fim da União Soviética (1991), com apoio explícito dos Estados Unidos da América —EUA (SOUZA, 2016), inserindo-se em um quadro de reestruturação do capitalismo em escala global, marcado principalmente pela Guerra Fria e pelas exigências do novo epicentro capitalista, os EUA. O apoio dos EUA no Brasil foi motivado por medidas de João Goulart que desagradavam ao capital estrangeiro e à burguesia interna. Durante a ditadura militar, o Estado brasileiro atuou de acordo com os interesses da burguesia interna e externa, estabelecendo políticas econômicas que favoreciam a entrada do capital estrangeiro em detrimento do crescimento econômico nacional e políticas sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura Militar brasileira, Estado Nacional brasileiro, Imperialismo

THE BRAZILIAN STATE AND THE IMPERIALISM IN THE MILITARY DICTATORSHIP (1964-1985)

ABSTRACT

This research stems from the concerns arising from the theoretical and empirical issues surrounding the role of the National State of peripheral countries in the reproduction of imperialism, specifically in the case of Brazil. Thus, the investigation seeks to understand

¹ Pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq.

² Discente do curso de Licenciatura em História da UESB e bolsista do Programa de Iniciação Científica pelo CNPq. E-mail: Vanessacampos387@gmail.com.

³ Professor titular do Departamento de História da UESB, do Programa de Pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade – UESB e do Mestrado Profissional em História - ProfHistória. Endereço profissional: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, Departamento de História, estrada do Bem-querer, km 4, Campus Universitário, 45083900 — Vitória da Conquista, BA — Brasil — Caixa Postal - 95. E-mail: rubensbraz2015@gmail.com.

the role of the Brazilian state between the years 1964 and 1985 (the period of military dictatorship) in the context of reproducing imperialism, in order to comprehend the ways in which the Brazilian internal bourgeoisie acted in response to the demands of large transnational capital. The Brazilian civil-military dictatorship was part of a series of civic-military coups that occurred in Latin America between the end of World War II (1945) and the end of the Soviet Union (1991), with explicit support from the United States of America — the USA (SOUZA, 2016), fitting into a framework of global capitalism restructuring, primarily marked by the Cold War and the demands of the new capitalist epicenter, USA. The support of the USA in Brazil was motivated by measures taken by João Goulart that were displeasing to foreign capital and the internal bourgeoisie. During the military dictatorship, the Brazilian state acted in accordance with the interests of both the internal and external bourgeoisie, establishing economic policies that favored the influx of foreign capital at the expense of national economic growth and social policies.

KEYWORDS: Brazilian Military Dictatorship, Brazilian National State, Imperialism

INTRODUÇÃO

A compreensão da dinâmica da América Latina—AL exige uma análise da conjuntura internas à luz das relações externas, especialmente de cunho imperialista. Isto porque, não de forma homogênea, suas estruturas e funcionamento estão intimamente ligadas ao imperialismo, como as flutuações entre ditadura e democracia em países latinoamericanos.

Dado isso, a presente investigação busca compreender o papel do estado brasileiro entre os anos de 1964 e 1985 no âmbito da reprodução do imperialismo, de maneira a compreender as formas de atuação da burguesia interna brasileira ante as demandas do grande capital transnacional.

A ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) compõe uma série de golpes cívico-militares ocorridos na América Latina entre o fim da Segunda Guerra Mundial (1945) e o fim da União Soviética (1991), com apoio explícito dos Estados Unidos da América — EUA, inserindo-se em um quadro de reestruturação do capitalismo em escala global, marcado principalmente pela Guerra Fria e pelas exigências do novo epicentro capitalista, os EUA.

Nesse quadro mundial, os governantes dos EUA e da AL adotaram medidas destinadas a proteger os países do hemisfério de mudanças sociais, políticas e econômicas sob influência soviética. É nesse contexto que se construiu o apoio dos Estados Unidos na desestabilização do governo de João Goulart — marcado por medidas que causavam descontentamento ao capital estrangeiro e também à setores da burguesia interna — e no subsequente golpe de Estado em abril de 1964 no Brasil.

Disto decorre que, o Estado brasileiro, durante o regime militar, atua de acordo com os interesses das burguesias interna e externa e estabelece uma política econômica que favorece a entrada do capital estrangeiro em detrimento do crescimento econômico nacional.

MATERIAIS E MÉTODOS

No que concerne aos fundamentos teórico-metodológicos, filiamo-nos ao materialismo histórico e dialético, por acreditar que tal perspectiva permite uma compreensão da totalidade da sociedade, focando sua produção/reprodução a partir da ação de homens e mulheres no tempo e espaço, e, com base no conhecimento elaborado, permite perspectivar formas de superação das contradições.

Quanto ao *corpus* desta pesquisa, este é constituído por produções acadêmicas sobre o tema referentes a área de História, ciências sociais, Economia, Ciência Política, Serviço social e afins, disponibilizadas nos bancos digitais ou na biblioteca da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia—UESB.

Outrossim, a pesquisa pretende conjugar a análise diacrônica (gênese e desenvolvimento) e sincrônica (estrutura e dinâmica), de modo a permitir a compreensão dos elementos fundamentais da configuração do Estado capitalista brasileiro, e o papel do Estado brasileiro entre os anos de 1964 e 1985 (período da ditadura militar), de forma dialética com as formas de atuação externa do imperialismo.

Para alcançar o objetivo da pesquisa, aplicamos três categorias fundamentais e inseparáveis do materialismo histórico ao objeto e sua dinâmica: a totalidade, a contradição e a mediação (NETTO, 2011; IASI, 2019). Consoante a elas, reivindicamos o uso do conceito de imperialismo formulado por Lenin (2011), com as atualizações necessárias — em virtude das mudanças ocorridas no fenômeno na atualidade latinoamericana — elaboradas por Rodrigues (2017), Almeida (2009) e Ianni (1988). Articulando essas três categorias e um conceito, acreditamos ser possível elucidar a relação estabelecida entre o imperialismo e Estado brasileiro durante a Ditadura Militar (1964-1985).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O cenário de intervenções estadunidenses na América Latina intensifica-se com a deflagração da Guerra, e é agravado pela Revolução Cubana de 1959. Nesse contexto, os Estados Unidos apoiaram a desestabilização do governo de João Goulart e o sucessivo golpe de Estado de 1964 no Brasil.

Durante a Ditadura Militar, o Estado brasileiro adotou políticas econômicas, visando liberalização dos mercados e a integração do Brasil na economia global. As análises do PAEG e do II PND revelam elementos cruciais desse processo de abertura ao capital financeiro.

O PAEG adotou medidas financeiras visando garantir recursos para o Estado. Essas medidas atuaram principalmente em três frentes: redução dos gastos públicos, aumento da carga tributária e criação de mecanismos não inflacionários de déficit. No entanto, o resultado consistiu na concentração de recursos nas camadas mais ricas da sociedade, penalizando a classe trabalhadora (RODRIGUES, 2015).

Quanto ao II PND, apesar do aumento da dívida pública do Brasil de 3.344 milhões de dólares em 1967 para 12.572 milhões em 1973, o governo brasileiro conseguiu atrair capital financeiro internacional para financiá-lo, mantendo taxas de juros internas elevadas. Isso levou a um crescimento do PIB de 6,3% ao ano, mas também a um aumento significativo da dívida externa, que ultrapassou US\$ 100 bilhões em 1985. A concentração dessa dívida no setor público atingiu 76,6% em 1980, levando à estatização da dívida e à perda de autonomia econômica do Brasil.

Desta forma, pode-se concluir, preliminarmente, que o Estado brasileiro, dentre outras formas, por meio do PAEG e II PND reproduz a forma de ser do imperialismo dentro do território nacional, ao atender aos interesses da burguesia interna e externa, favorecendo a entrada do capital estrangeiro.

CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES

Os regimes militares, instaurados na América Latina entre os anos de 1960 e 1980, emergem como defensores do capital, implementando um projeto econômico em favor dos interesses do capital transnacional. A análise revela ainda uma conexão entre as políticas econômicas e a repressão estatal que se desdobrou ao longo do período militar. Estas não foram apenas parceiras inseparáveis, mas também se constituíram

como ferramentas indispensáveis na perpetuação do imperialismo e na manutenção do *status quo*.

As medidas adotadas durante o governo Goulart desagradavam o capital estrangeiro e também setores da burguesia interna, como do empresariado, latifundiários e da imprensa. Nesse contexto, os EUA, em colaboração com grupos internos, atuaram na instauração da ditadura militar no Brasil, com o objetivo de salvaguardar seus interesses econômicos e políticos.

O Estado Brasileiro, sob chancela militar, adotou políticas econômicas, que buscavam a liberalização dos mercados e a integração do Brasil na economia global. Dessa forma, promoveu uma série de reformas, tais como a desregulamentação de setores econômicos; privatização de empresas estatais; redução de impostos e concessão de incentivos fiscais para investidores estrangeiros, criando as condições necessárias para a entrada do capital estrangeiro no país.

Por conseguinte, a abertura ao capital estrangeiro teve consequências significativas na economia e na sociedade brasileira, levando ao aumento da concentração de renda e riqueza; ao desmantelamento de setores produtivos nacionais e ao aprofundamento da dependência do país em relação aos investimentos e interesses estrangeiros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALMEIDA, José Rubens Mascarenhas de. Globalização: a retórica do velho imperialismo - (uma abordagem do imperialismo dos séculos XX/XXI). 2009. 433 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.
2. ALMEIDA, J. R. M. América Latina: transnacionalização e lutas sociais no alvorecer do século XXI – da luta armada como política (o caso EZLN). 2ª Edição. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2017. Também em formato E-book: <http://www2.uesb.br/editora/wp-content/uploads/AM%C3%89RICA-LATINA- E-book.pdf>. Acesso livre.
3. COGIOLA, O. Governos militares na América Latina. São Paulo: Contexto, 2001.
4. DE LARA, José Victor. A Participação dos Estados Unidos no Golpe Civil-militar de 1964: breves apontamentos para uma revisão historiográfica. XV Encontro Estadual de História. ANPUH. Curitiba, 2016.
5. FIDELIS, T. K. dos S.; BELTRÃO, G. Golpes e ditaduras latino-americanas no século XX: análises a partir da teoria marxista da dependência. *Geminal: marxismo e educação em debate*, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 192–219, 2022.
6. IANNI, O. Imperialismo na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

7. LENIN, V. I. O Imperialismo: etapa superior do capitalismo. Campinas: FE/Unicamp, 2011.
8. MURATT, B. S. Imperialismo na América Latina: o papel das burguesias e as consequências para o Brasil. Revista Fim do Mundo, n. 6, p. 181-205, 2021.
9. NETTO, José Paulo. Introdução ao método da teoria social. In: A foice e o martelo. 2011. Consulta em:
<http://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/index.php?id=Autores>. Acesso em: 12 de maio de 2021.
10. PALHARES; CÍCERO. Imperialismo, Relações Interamericanas e o Golpe de Estado no Brasil (1964): conexões e particularidades. In: MENDONÇA, F. et al. Crises e Transformações da Política Internacional no século XXI: cinco anos de pesquisas do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (PPGRI-UFU). Curitiba: CRV, 2020. p. 169-186.
11. PETRAS, J. Armadilha neoliberal e alternativas para a América Latina. Xamã: 1999.
12. RODRIGUES, Carlos Henrique Lopes. Imperialismo e empresa estatal no capitalismo dependente brasileiro (1956-1998). 2017. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Economia) –Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2017.
13. SOUZA, F. A. S. O golpe civil-militar de 1964: relações com o imperialismo norte-americano. Revista Urutágua, n. 33, p. 116-131, 2016.